



1964, CINQUENTA ANOS DEPOIS:

A ditadura que mudou o Brasil

50 anos do golpe de 1964

Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.)

Ditadura e democracia no Brasil

Do golpe de 1964 à Constituição de 1988

Daniel Aarão Reis

As universidades e o regime militar

Cultura política brasileira e modernização autoritária

Rodrigo Patto Sá Motta

Daniel Aarão Reis
Marcelo Ridenti
Rodrigo Patto Sá Motta
(organizadores)

A ditadura que mudou o Brasil

50 anos do golpe de 1964

Apresentação

No momento em que se completa o cinquentenário do golpe de 1964, as condições são propícias para análises menos afetadas pelo calor dos acontecimentos. A distância no tempo favorece um olhar mais analítico e menos passional, ainda que interessado politicamente e compromissado com o repúdio à violência e ao autoritarismo.

Em que pese essa constatação sobre o distanciamento temporal, os temas relacionados ao golpe e à ditadura continuam plenos de atualidade, de vez que alguns aspectos de seu legado seguem nos interpelando e permanecem à espera de soluções satisfatórias: o autoritarismo que continua a impregnar certas relações sociais; a democratização incompleta do Estado e da sociedade, parte dela ainda incapaz de exercer a cidadania plena; os níveis elevados de violência social e policial que nos assolam; as desigualdades sociais (de renda, educação, acesso à Justiça) extremas que ainda caracterizam a paisagem brasileira. Seria um equívoco atribuir à ditadura a responsabilidade pelo surgimento de tais problemas. Eles fazem parte das estruturas da nossa sociedade há muito tempo. No entanto, o golpe interrompeu um processo político que poderia ter levado ao enfrentamento de algumas dessas questões, já que segmentos populares estavam se organizando e demandavam sua inclusão política e social. Mais ainda, as políticas implantadas pela ditadura contribuíram para agravar sobretudo as desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

A atualidade da ditadura deve-se também ao impacto duradouro, portanto, ainda visível entre nós, das políticas de modernização implantadas naqueles anos, que, até certo ponto, distinguem o caso brasileiro dos regimes políticos semelhantes, vigentes nos países vizinhos na mesma época. Os militares brasileiros e seus aliados civis lograram deslanchar um processo de modernização que implicou mudanças importantes na infraestrutura do país, com repercussões principalmente na economia,

nas comunicações, no aparato tecnológico e científico, na indústria cultural, entre outros. No entanto, tal projeto modernizador teve como par inseparável a conservação e a consolidação dos pilares tradicionais da ordem social, cuja base é a exclusão de parte das classes subordinadas e a incorporação subalterna dos segmentos populares mais afortunados. Uma modernização conservadora, portanto, e acima de tudo autoritária, pois os projetos de desenvolvimento foram comandados pela tecnocracia civil e militar, e as dissensões não passíveis de incorporação foram entregues à máquina repressiva (também ela modernizada naqueles anos).

O título do livro, *A ditadura que mudou o Brasil*, refere-se a essa modernização implantada autoritariamente. Mudança é usada aqui no sentido da conhecida frase do romance de Lampedusa, *O leopardo*: “Tudo deve mudar para que fique como está”, isto é, mantendo-se os pilares da ordem estabelecida. Em suma, a mudança garantiu a continuidade, em novos termos, da velha combinação entre “moderno” e “arcaico” que marca a sociedade brasileira.

Exatamente por sua atualidade e relevância, a temática da ditadura tem sido objeto de inúmeras investigações (acadêmicas e jornalísticas), atraindo cada vez mais os jovens pesquisadores formados nas universidades. O incremento nas pesquisas com enfoque na ditadura salta aos olhos se compararmos o quadro atual com a última efeméride relevante, os quarenta anos do golpe, em 2004, quando, a propósito, organizamos uma coletânea sobre o mesmo tema. Nos últimos tempos, muitos trabalhos têm aparecido no cenário acadêmico, por vezes explorando sendas originais a partir de novos enfoques, em outros casos baseando-se nos acervos documentais há pouco abertos à pesquisa.

Este livro tem como proposta oferecer ao leitor uma coletânea de textos e reflexões produzidos recentemente, em uma mescla que buscou reunir pesquisadores mais jovens ao lado de autores mais maduros. Na mesma linha, os textos reúnem abordagens sobre temas já clássicos na pesquisa sobre a ditadura, assim como análises que apontam novas abordagens e outros caminhos historiográficos. Desse modo, procuramos fazer uma síntese da produção acadêmica atual que, ademais, teve o cuidado

de preservar a pluralidade de opiniões e evitar quaisquer dogmatismos. O resultado dessa combinação propicia ao público (acadêmico ou leigo) uma porta de entrada para a história da última ditadura brasileira, aquela que o golpe de 1964 inaugurou. A coletânea significa um balanço do estado da arte, do quadro do conhecimento disponível sobre o tema, e apresenta novas possibilidades para se pensar e pesquisar a história da ditadura.

Entretanto, tema como este não mobiliza apenas o dever (e a paixão) do conhecimento, que tem certas regras e padrões ético-científicos a serem observados. Ele implica também responsabilidade cívica da parte de quem escreve, pois as representações construídas e divulgadas sobre o passado recente podem influenciar as escolhas atuais dos cidadãos. Por isso é tão importante pesquisar a ditadura, assim como divulgar o conhecimento produzido e enfrentar as polêmicas que ele inexoravelmente provoca. Além das disputas inerentes à lógica do conhecimento acadêmico, está em jogo a formação política dos cidadãos brasileiros. Tal aspecto da questão é em particular significativo entre nós porque, no Brasil, é muito numeroso o grupo de pessoas que desconhece o passado recente.

Dessa maneira, ao contrário do que muitos têm apregoado, o melhor não é “virar a página” no que se refere ao período da ditadura. Escolha mais adequada é empreender uma apropriação crítica desse passado político recente, tanto para consolidar nossa frágil cidadania quanto para entender a realidade em que vivemos. Para tanto, é fundamental estudar a ditadura que começou há cinquenta anos, a fim de compreender a atualidade do seu legado e, assim, criar condições de superá-lo.

RODRIGO PATTO SÁ MOTTA
DANIEL AARÃO REIS
MARCELO RIDENTI

1. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista

DANIEL AARÃO REIS

O caráter da ditadura: memória e história

A ditadura mudou o Brasil entre 1964 e 1979.* Economia, política, cultura e sociedade.¹ No fim dos anos 1970, quando se anunciava o “amanhã”, nada mais era igual ao que havia quando “se fez escuro”, em 1964.**

Os custos foram muito altos. Para além dos perseguidos, presos, torturados, exilados ou mortos, é indizível a dor e a angústia de toda uma população empurrada em ritmos inéditos de mobilidade – social e geográfica –, revolvida nos alicerces culturais por um vendaval de modernização que, de forma autoritária, conduziu a sociedade para um novo patamar de desenvolvimento do capitalismo.

Um projeto de República perdeu-se em 1964. Nacionalista, baseado no protagonismo do Estado em aliança com as classes populares das cidades e dos campos, o programa das chamadas “reformas de base” experimentou estranha derrota, saindo de cena sem travar nenhum combate.*** A fuga de

* Já há alguns anos sustento que a ditadura, como estado de exceção, encerrou-se em 1979, com a revogação dos Atos Institucionais, tendo início, a partir de então, um processo de “transição democrática”. Cf. Aarão Reis, 2000. A expressão, com acepções próprias, já fora empregada por Emir Sader, 1986 e 1990; Brasílio Salum, 1996; Maria José Resende, 1996. Elio Gaspari (2002) também datou o fim da ditadura em 1979.

** Alusão, em forma de homenagem, ao verso de Thiago de Mello, escrito pouco depois da instauração da ditadura: “Faz escuro, mas eu canto, porque o amanhã vai chegar.”

*** A expressão “estranha derrota” foi empregada por Marc Bloch (1990) ao referir-se à queda desmoralizante da França diante da invasão nazista em maio de 1940. A derrota de 1964, considerada “inevitável” por certa história “retrospectiva”, merece profunda revisão.

João Goulart, aos soluços, é muito menos causa do que síntese e expressão de uma derrota desmoralizante.*

Portas que se fecham, portas que se abrem.

Ganhou a parada o projeto de modernização autoritária, surpreendendo a todos que apostavam na “utopia do impasse”.** Sob a ditadura, construiu-se um modelo cujo legado ainda persiste.

Quinze anos. Foi o tempo que “fez escuro”.

Depois, revogados os Atos Institucionais, ainda houve cerca de dez anos de transição, até que fosse possível ver chegar o “amanhã”, com a aprovação de uma nova Constituição.

Restava delimitar o tempo em que “fez escuro” e os responsáveis pela escuridão. Quando a chamada “Constituição cidadã” foi publicada, em 1988, a memória social, salvo ruídos, estava consolidada.

O marco inicial, 1964, não suscita dúvidas. A ditadura instaurou-se, como se disse, contra um determinado programa – nacionalista e popular. A ruptura aí é clara, embora as continuidades sejam também evidentes, como se verá. Perdeu-se um tipo de República na qual havia uma democracia limitada, mas em processo de ampliação. Ganhou-se uma ditadura que se radicalizaria com o tempo.

Em relação ao fim do período, os marcos são mais fluidos. Seria 1979, com a revogação dos Atos Institucionais? Ou 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney? Ou, ainda, 1988, com a aprovação de uma nova Constituição?

A rigor, seria mais correto falar em discurso hegemônico: para a grande maioria, a ditadura acabou em 1985, por mais que isso seja incongruente com o fato de o novo presidente, José Sarney, ter sido um “homem da di-

* Não se trata de absolver ou condenar, mas de compreender. A fuga do presidente, até pelos poderes que ele concentrava e pelo prestígio que ainda detinha, deu importante contribuição para a derrota. Daí a considerá-lo um bode expiatório vai uma grande distância.

** Assim me referi à tese, acolhida por muitos pensadores de esquerda, de que o Brasil, sem as reformas preconizadas, entraria num impasse catastrófico, caracterizado pela estagnação econômica e pela repressão política. A tese vertebrou os programas de luta armada contra a ditadura. Cf. Aarão Reis, 1990.

tadura”. Mas a memória é assim: substitui evidências pela vontade e pelo interesse, que, no caso, se articularam para responsabilizar unicamente os militares pelo “fato ditatorial”. No mesmo movimento, obscureceu-se a participação dos civis na construção do regime, esvaziando-se de quebra o estudo e a compreensão das complexas relações que sempre vigoraram entre o poder ditatorial e a sociedade.

Afirmaram-se, portanto, duas delimitações. Os militares como únicos responsáveis pela ditadura, e o período ditatorial, enquadrado entre 1964 e 1985, com rupturas sublinhadas na gênese e no encerramento do espetáculo. E a ruptura de 1985, mais problemática, sobretudo depois da morte de Tancredo Neves.* Foi então que se reforçou o personagem não convincente de José Sarney com uma expressão sedutora: a Nova República. A atmosfera de liberdades democráticas reconquistadas, em contraste com o sufoco ditatorial, contribuiu para o sucesso dos termos.

A dupla delimitação convenceu e se consolidou. O período ditatorial foi confinado no tempo. Anos de chumbo. Um parêntese. Trágico, mas superado. Cabe ao historiador, no entanto, romper as amarras da “história vigiada”,² do senso comum e das memórias estabelecidas.

Já questionei em outros textos a feição exclusivamente militar da ditadura. Ao longo da última década, pesquisas diversas têm confirmado a participação civil e a “responsabilidade ampliada” na construção da ditadura brasileira.³ O que importa agora é questionar o caráter “excepcional” da ditadura, discutir se não há aspectos comuns entre os governos pré-ditadura, ditatoriais e pós-ditatoriais, ou, ainda, como compreender melhor a inserção da ditadura numa história mais ampla.

Com essa perspectiva, proponho à reflexão uma análise, no tempo longo, da cultura política nacional-estatista.** A grande questão é a seguinte: até que ponto e em que medida essa cultura política, amplamente compartilhada, não se terá construído antes da ditadura, continuado com

* Embora político moderado, Tancredo Neves sempre se situou em oposição aos vários governos ditatoriais.

** Tenho defendido essa ideia em palestras e encontros; a pesquisa ainda é preliminar e a ela me dedicarei no futuro.

ela, embora sofrendo metamorfoses, e perdurado, modificando-se, depois dela? Se houver um grão de verdade na resposta afirmativa, a ilusão corrente de que a ditadura significou um parêntese radical na história do país poderia ser questionada.⁴

A cultura política nacional-estatista

Por cultura política entendo “um conjunto de representações portadoras de normas e valores que constituem a identidade das grandes famílias políticas”.⁵ “Uma espécie de código” ou um “conjunto de referências”, amplamente disseminadas “no seio de uma família ou de uma tradição política,⁶ formando “um sistema coerente de visão de mundo”, constituído por um “substrato filosófico”, por uma série de “referências históricas, ... dados-chave, textos seminais, fatos simbólicos e galerias de grandes personagens”, além de “rituais”, “sentimentos”, “uma psicologia coletiva”, uma “política de memória”⁷ e uma representação da “sociedade ideal” na qual um grupo ou uma corrente política aspira a viver.⁸ Quando surge e se afirma, uma cultura política responde a condições e demandas econômicas, políticas e culturais. Mas não é apenas “reflexiva”. Ao se desenvolver, e se consolidar, uma cultura política contribui para modelar as sociedades em que vigora.

Em cada sociedade, é comum o embate de diferentes culturas políticas, assim como a eventual hegemonia de uma delas, que coexistirá com outras, conjunturalmente subordinadas. Contudo, não se pode ter das culturas políticas uma concepção estática. Segundo as circunstâncias e as opções, no contexto das lutas políticas e sociais, uma cultura política pode pedir empréstimos e sofrer metamorfoses sem que, no entanto, seu “substrato filosófico” e muitas de suas “questões-chave” sofram alterações substanciais.

A cultura política nacional-estatista tem uma arraigada história neste país e no conjunto da América Latina. Aproveitando-se do enfraquecimento da capacidade de controle das grandes potências, desde os anos 1930 ela estruturou-se com notável sucesso em diferentes variantes, empolgando sociedades e fundamentando políticas de Estado.